

## Fica Vivo!

### Estigmatização e Território: análise de uma política pública de prevenção de homicídios a partir das oficinas oferecida a jovens “vulneráveis”<sup>1</sup>



Jovens,icineiros e técnicos sociais do programa em frente ao grafite feito por jovens da UPC Ressaca/Contagem, em um projeto local de ‘intercâmbio’ entre UPCs, no bairro Rosaneves. Nas camisetas podemos observar a logo do programa Fica Vivo! Foto enviada peloicineiro de grafite, 2016.

Angelina Moura Parreiras e Silva – UFMG<sup>2</sup>

Ana Beatriz Vianna Mendes – UFMG<sup>3</sup>

**Resumo:** Trata-se de um artigo que apresenta resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento sobre o Programa de controle de Homicídios – Fica Vivo!, na Unidade de Prevenção a Criminalidade Rosaneves (UPC Rosaneves) em Ribeirão das Neves/MG. Esta cidade, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, sofre com uma forte estigmatização: localizada à margem da capital, comporta cerca de 5 presídios e dados oficiais ao longo de vários anos apontam taxas altas de violência na região. Essa estigmatização é repassada para os moradores da região, cujas características sociais são comumente relacionadas ao espaço físico em que vivem. Este artigo visa apresentar o

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

<sup>2</sup> Bacharel em Antropologia Social pela UFMG e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia na mesma Universidade

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da mesma Universidade. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) e do Programa Cidade e Alteridade: convivência multicultural e justiça urbana.

bairro através do programa, a partir de observação e interações nos espaços de convivência proporcionados em suas oficinas, dos relatórios técnicos produzidos pelos responsáveis pelo programa e de conversas com jovens participantes e com os oficinairos. Busca-se discutir em que medida: 1. o programa ressignifica e/ou reitera a ideia do cidadão precarizado, participando, conseqüentemente, dos processos de (re)construção das identidades sociais de seus participantes, e 2. de que forma o movimento de *territorialização* dessa política marca essa (re)produção de desigualdades sociais nas áreas inseridas, e como reverbera nas ações dos jovens participantes, visando entender como “a violência” participa dessas dinâmicas.

**Palavras-chave:** Violência; Estado; Jovens

### **Os processos e primeiros contatos**

Neste artigo buscamos compreender os impactos da implantação do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! no bairro Rosaneves, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, problematizando questões relacionadas à estigmatização dos jovens e do território, bem como o papel dessa política pública diante da violência na região.

Quando iniciamos o projeto de pesquisa para trabalhar com o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! pensamos imediatamente em estudar algumas das maiores favelas de Belo Horizonte, como o Aglomerado Morro das Pedras, onde o plano piloto do Programa foi implantado pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais CRISP/UFMG em 2002, ou o Aglomerado da Serra, que é a maior favela da região metropolitana de Belo Horizonte<sup>4</sup>. Mas para iniciar a pesquisa era preciso passar por um processo de autorização/aprovação pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)<sup>5</sup>, momento em que descobrimos que não poderíamos escolher a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) do Fica Vivo!

<sup>4</sup> O interesse em pesquisar o programa surgiu desde a graduação em Antropologia Social (UFMG), tendo início no projeto “Estado, Sociedade e Ciência: diálogos em torno de questões socioambientais”, coordenado pela prof<sup>a</sup> Dra Ana Beatriz Vianna Mendes, como bolsista da FAPEMIG entre Mar/2015 a Fev/2016; Após a esse processo segui com a pesquisa, defendendo a monografia “Fica Vivo! O papel de uma política pública no processo de (re)construção de identidades sociais”, em 2016, sobre orientação da mesma professora. No mestrado em Antropologia (UFMG), o objetivo é o de aprofundar nos aspectos institucionais do programa.

<sup>5</sup> A SEDS foi extinta, e substituída por duas Secretarias de Estado: Segurança Pública e Sistema Prisional. Atualmente, a Política de Prevenção Social à Criminalidade encontra-se na Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), por meio de uma Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade SUPEC.

a ser pesquisada, e que seriam encaminhadas para a base local que a própria SEDS escolhesse.

O processo de autorização/aprovação para visitação de alguma UPC do programa demorou cerca de um mês, e, ao final deste processo fomos encaminhadas para a UPC Rosaneves sob a alegação de que esta UPC ainda não tinha sido alvo de pesquisas, ao passo que as outras duas, sim. Logo após a inserção ao campo, outros processos foram necessários: para ter acesso aos documentos quantitativos e qualitativos produzidos pela própria UPC, para realizar as visitas às oficinas, conversar/entrevistar osicineiros e jovens participantes e para ter acesso às fotos produzidas pela UPC Rosaneves.

Em decorrência dessa definição tivemos que pesquisar a história, vida e o cotidiano em Rosaneves, que possui especificidades em relação às favelas da capital mineira; além de lidar com os nossos próprios pré-conceitos em relação à região, a qual só conhecíamos por meio da mídia e por imagens difusamente compartilhadas por belohorizontinhos sobre a região.

Após esse primeiro contato com a UPC, e outro pequeno processo de autorização, começaram as visitas a algumas das 15 oficinas que são oferecidas pela UPC Rosaneves em todo o território dos bairros Rosaneves e Sevilha B.

Esses receios e pré-concepções iniciais mesclaram-se com o medo dos perigos que essa região podia apresentar. Assim, foi um início de campo muito apreensivo, e com muitas expectativas: a UPC ainda não tinha sido pesquisada/estudada de forma acadêmica, como as UPCs que outrora desejávamos estudar; a cidade é carregada de estereótipos negativos, produzidos pela mídia e enfatizados pelos habitantes da capital, fatos que corroboravam com os fundamentos do projeto que havíamos desenvolvido. Com o início das visitas, principalmente das idas às oficinas, e o contato semanal com o cotidiano da cidade, as visões estereotipadas e negativas em relação ao território foram os poucos sendo desmistificadas.

### **O Fica Vivo!**

Em 2003 o Governo do Estado de Minas Gerais institucionaliza esse Programa (com parcerias dos órgãos de Defesa Social, polícias Civil, Militar e Federal, o Poder Judiciário, o Ministério Público e as prefeituras municipais), baseado no modelo de

prevenção à criminalidade elaborado pelo CRISP/UFMG, fundamentado na metodologia de solução problemas. O objetivo do Programa é intervir na realidade social das comunidades com altos índices de violência e homicídios, buscando a prevenção desses eventos através de ações integradas de medidas de proteção social e intervenções estratégicas. O modelo adotado parte da premissa de que os eventos criminosos são gerados por um conjunto de fatores que o antecedem, como o aumento da população nos grandes centros urbanos, a concentração das pessoas nos espaços, a desigual distribuição de renda e a falta de políticas públicas direcionadas ao problema da violência urbana (Programa de Controle de Homicídios, 2009). Assim, muito além de oferecer uma possibilidade de lazer ou de aprendizado aos jovens que vivem naquele território, as oficinas e projetos propostos pelo programa têm como objetivo conhecer e prevenir possíveis acontecimentos violentos do território a partir da relação de confiança e da convivência construída entreicineiros e jovens que participam dessas atividades.

O Fica Vivo! foi implantado em locais que atendem esses pré-requisitos e apresentam altas taxas de homicídios entre jovens de 12 a 24 anos, faixa etária para a participação das oficinas oferecidas pelo programa. Atualmente, existem 36 UPCs instaladas no Estado, que são as sedes/bases locais de referência nas comunidades atendidas. As UPCs são órgãos ligados à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), por meio de uma Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), que atendem os jovens e as demandas do território, através das seguintes atividades: análise da dinâmica criminal e da violência no território de abrangência; monitoraria das oficinas, garantindo que estas sejam *eficazes*<sup>6</sup>, observação das necessidades dos jovens e da comunidade local criando projetos de circulação, locais, (inter)institucionais ou fóruns comunitários; atendimentos individuais, dos agentes do programa (assistentes sociais e/ou psicólogos), com os jovens, seja por livre demanda, seja por encaminhamento de algumicineiro. Cada UPC do programa Fica Vivo! tem

<sup>6</sup> As oficinas e projetos do programa devem atender certos parâmetros de eficácia, que buscam equiparar os objetivos esperados e previstos às metas propostas. Essa eficácia é representada, oficialmente, através da ressonância das oficinas ou dos projetos na comunidade em relação ao número de jovens participantes. Entretanto, consideramos que a “eficácia” das mesmas quanto aos seus objetivos não pode ser auferida pela quantidade de jovens inscritos em cada oficina. Em que pese a necessidade de quantificação e avaliação desta ação, e a dificuldade de mensurar os efeitos da mesma sobre o território, consideramos que seus efeitos e sua eficácia se fazem sentir de forma mais clara em termos da “dinâmica criminal” e, em especial, da redução ou aumento da taxa de homicídio no território, junto com uma análise qualitativa das condições de vida dos jovens que vivem no território.

um número específico de oficinas e/ diferentes ofícios oferecidos, sendo que este cálculo é feito tendo em vista as demandas do território e dos moradores onde a base local atua.

Desde 2015 temos feito pesquisas etnográficas na UPC Rosaneves, um bairro considerado historicamente dos mais violentos de Ribeirão das Neves, cidade em que está sediado. O Programa se instalou na região em 2005 e em 2016 (entre os meses de abril a julho) e 2017 (entre Julho a novembro) houve interrupções de suas atividades em decorrência de mudanças de governo e de processos de licitação envolvendo OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Essas interrupções evidenciaram conflitos territoriais que vieram à tona a partir dos períodos de ausência do programa, em especial tendo em vista a escassez de espaços públicos na região, como foi possível analisar através de conversas com alguns jovens participantes e oficinairos. Vale considerar que as OSCIPs consistem em entidades privadas que atuam em áreas do setor público com interesse social, podendo ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. Estas entidades estão previstas no ordenamento jurídico brasileiro como forma de facilitar parcerias e convênios em todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e/ou municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. Por ser uma qualificação, e não uma forma de organização em si mesma, vários tipos de instituições podem solicitar o título de OSCIP. De maneira geral, as organizações não-governamentais (ONGs) são as entidades que mais se encaixam neste perfil.

### **A construção do caráter estigmatizado dos moradores de Ribeirão das Neves**

Em uma ‘sociedade dupla’ (MARTINS, 2003), dividida entre a ‘periferia’ e a ‘cidade’, onde esta se apresenta como a ‘cidade formalizada’ e as áreas periféricas como locais marginalizados, caracterizados pela negligência/ausência dos órgãos públicos, os estereótipos negativos são reiteradamente enfatizados por ações midiáticas. Erving Goffman (1988) mostra que a sociedade estabelece meios de categorização de seus indivíduos ou grupos sociais, buscando prever suas categorias e/ou identidades sociais. Assim, existem, de certa forma, as categorias formalizadas pela (ou da) sociedade, que se encontram, claramente, em meio às classes privilegiadas. Desta forma, vilas, favelas e aglomerados são compreendidos como locais insalubres, violentos, e seus moradores como delinquentes (CHAMPAGNE, 1998b). Assim, os ‘espaços sociais’, tanto da favela

quanto da cidade não são reconhecidos como pertencentes ao mesmo ‘espaço físico’ (BOURDIEU, 1998).

Para Pierre Bourdieu (1998), falar de subúrbios, guetos ou áreas marginalizadas/estigmatizadas seria quase que evocar ‘não realidades’, pois estes locais/territórios, normalmente, são amplamente desconhecidos daqueles que falam, principalmente no caso da mídia sensacionalista. Exemplificando bem esta formulação, lanço mão de uma das falas dos jovens participantes da oficina de informática do Programa Fica Vivo! de Ribeirão das Neves: “As pessoas falam mal de Neves porque não conhecem, quando vêm aqui eles pensam diferente. A culpa é da mídia que só mostra o lado ruim de Neves”. Essas ‘não realidades’ atribuídas às áreas precarizadas estigmatizam socialmente seus moradores, pois estes são confundidos com o espaço físico onde vivem, caracterizado pelo abandono/ausência do Estado. Como forma de se esquivar destes estigmas, estes jovens, parecem entender e aderir às políticas públicas como uma possibilidade de maior inclusão social e uma forma de resgatar sua cidadania.

Para pesquisar as dinâmicas envolvidas na construção do caráter estigmatizado dos moradores de Ribeirão das Neves, é preciso não só entender como seus habitantes se vêm, mas também como são historicamente compreendidos pela população da metrópole à qual pertencem. O teor desta compreensão se ilustra bem através da representação feita sobre eles por parte da mídia e do seu poder de fabricar representações sociais coletivas, que são conseqüentemente reproduzidos pelos moradores do ‘asfalto’.

Existe por parte das mídias um interesse maior pela dramatização das notícias, já que o ‘fora do comum’ pode ser mais rentável comercialmente, e que esta espetacularização da notícia, principalmente através da televisão, tem o poder de suscitar emoções coletivas (CHAMPAGNE, 1998b).

Não seria correto dizer que os fatos relatados pelos noticiários sejam somente invenções jornalísticas, mas quando se trata da existência visível dos “mal-estares sociais”<sup>7</sup>, a mídia pode ser um importante difusor da violência nas ruas e do abandono político, e a forma desta difusão depende dos interesses próprios deste setor de atividade (CHAMPAGNE, 1998b). Desta forma a mídia, ao apresentar ‘espaços precarizados’

<sup>7</sup> Segundo CHAMPAGNE (1998b) a existência das alteridades está, normalmente, nos grupos dos “mal-estares sociais”, essa noção só faz sentido como códigos jornalísticos, que buscam mostrar a discrepância dos fatos sociais que coexistem conflituosamente.

como locais excessivamente violentos e exacerbando seus problemas estruturais, com o intuito de causar a ‘emoção coletiva’ de seus leitores e/ou telespectadores, tendem a gerar, na verdade, o sentimento de medo e repugnância coletiva. Fazendo com que essas pessoas estigmatizem esta população, categorizando-as a partir das impressões que têm do espaço físico de onde moram, ignorando suas reais identidades.

Esse ambiente precarizado, físico e socialmente, produz sobre seus moradores um processo de categorização, como diz Erving Goffman:

“A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias [...] quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua identidade social”. (GOFFMAN, 1988, P.11-12)

Assim, imputamos ao indivíduo uma caracterização prevista em relação à sua posição social. Estes atributos estigmatizados são apontados por Goffman (1988) como uma *identidade social virtual*. Na grande maioria dos casos, existe uma discrepância entre a *identidade social virtual* e a *identidade social real*. Principalmente quando o indivíduo não se encontra em sua categoria social prevista.

Os olhares que partem da cidade dirigem-se para as periferias carregados de estereótipos e temores. Contudo, quando a distância física que separa os ‘não residentes’ dos ‘residentes’ é mínima, a periferia e seus moradores são vistos, em geral, de forma ainda mais negativa (SALES, 2003). A familiaridade cotidiana não reduz necessariamente o menosprezo aos grupos estigmatizados, e mesmo aqueles que estão próximos a estes grupos conseguem, com bastante habilidade, manter os seus preconceitos (GOFFMAN, 1988).

Quando os mal-estares sociais são postos em público, eles deixam de ser um ‘problema pessoal’ ou ‘local’ e passam a ser um ‘problema social’, que deve ser politicamente resolvido (CHAMPAGNE, 1998a). É neste momento que as políticas públicas de intervenção nas favelas encontram ressonância, para resolver o ‘problema’ da estigmatização destes moradores, ‘incluindo-os’ à sociedade.

Assim, buscamos observar de forma crítica a “inclusão” – se realmente existir esta inclusão – proposta pelo programa, procurando entender, de forma situada, o binômio inclusão/exclusão, tendo em vista que, frequentemente, em favelas, vilas, aglomerados e

regiões periféricas, ocorre um processo de tentativa de “inclusão” segundo regras e lógicas pré-definidas, que muitas vezes reificam a marginalização e o estigma sobre grupos com os quais se trabalha (MARTINS, 2003).

### **A História de Rosaneves: Um breve relato<sup>8</sup>**

O bairro Rosaneves possui um histórico violento que por muito tempo ‘manchou’ (e de certa forma ainda mancha) a imagem do território e de seus moradores<sup>9</sup>. “Em BH falam de Neves e em Neves falam de Rosaneves”, fala proferida na UPC Rosaneves que ilustra como os moradores do bairro em questão são estigmatizados não só pelos cidadãos de Belo Horizonte, por morarem na “cidade dos presídios”, mas também pelos moradores de Ribeirão das Neves, por morarem no bairro do tráfico e da violência, reforçando assim seus estigmas. Norbert Elias e Jonh L. Scotson (2000) nos mostram em “Os Estabelecidos e os Outsiders” que mesmo quando a delinquência de um local historicamente violento diminui, a imagem que se tem desta região e as lembranças dos índices de violência antigos não desaparece, pois estes locais continuam sendo estigmatizados “[...] como uma área em que a delinquência grassava.” (p.15).

No ano de 2005, após a implantação da UPC no bairro, os técnicos sociais que estavam em atividade no programa viram a necessidade de conversar com a população local buscando traçar a dinâmica criminal do território. Nesta ocasião os técnicos perceberam que a comunidade não falava muito sobre a criminalidade local: o que poderia caracterizar a ideia de uma ‘lei do silêncio’. Porém, com o passar do tempo e crescente confiabilidade nos agentes e/ou técnicos sociais do programa, essa ‘lei’ foi aos poucos sendo quebrada e a história da criminalidade do bairro – uma história um tanto vaga e quase mítica – tem sido registrada pelo Estado a partir dessa nova institucionalidade/política pública instalada lá.

<sup>8</sup> Os relatos deste tópico foram retirados do documento “Dinâmica Criminal CPC Rosaneves” [até o ano de 2016 às bases de referência do programa eram nomeadas como Centros de Prevenção à Criminalidade – CPC], elaborado pelos técnicos sociais em atividade no ano de 2005. Tive autorização para ler este documento na UPC, mas não pude imprimir ou fotografá-lo.

<sup>9</sup> Em conversa com alguns moradores do bairro e com jovens da região, vemos que a chegada do Programa Fica Vivo! foi considerada pelos mesmos como positiva para diminuição desta violência. Mas, podemos observar, através de conversas mais aprofundadas com os técnicos sociais, oficineiros e jovens da região, que existe uma (co)incidência entre a diminuição da criminalidade e o momento em que o tráfico organizado se instala e implanta suas leis, que visam não chamar a atenção policial para o território.



De acordo com relatos de moradores da região aos técnicos sociais da UPC Rosaneves, entre os anos de 2000 e 2003 o território era comandado por dois nordestinos conhecidos como ‘Cebola’ e ‘Zé das Couves’, ambos caracterizados como pessoas autoritárias e altamente violentas. Nessa época, conforme depoimento de antigos moradores e oficinairos que moram há muitos anos no território, as pessoas eram assassinadas de forma desumana e sem motivos aparentes. As mortes eram ‘espetacularizadas’ e apresentavam requintes de crueldade, caracterizando demonstrações de poder. Após 2003, por motivos não explicados, mas que provavelmente estavam ligados à disputa de poder, as famílias de ‘Cebola’ e ‘Zé das Couves’ se tornaram rivais, perdendo força no bairro e abrindo espaço para outras lideranças. Neste momento, por volta do ano de 2005, mesmo ano de implementação do programa Fica Vivo!, o tráfico organizado se instala na região. Uma figura um tanto ‘lendária’ surge: o ‘Alemão’. O tráfico passou a ocorrer de forma mais ordenada, por grupos pequenos, alguns até familiares e de forma muito discreta: “todos sabem onde fica a ‘boca’ mas ninguém comenta nada”<sup>10</sup>. Os homicídios diminuíram, as pessoas passaram a ter menos medo<sup>11</sup>.

Com o surgimento das ‘leis do tráfico’ os homicídios passaram a acontecer por motivos específicos. A lei é bem organizada: delitos leves, como roubos, merecem uma segunda chance, uma notificação, antes de qualquer sentença, que neste caso pode ser a morte. Delitos mais graves, como estupros e assassinatos sem motivo e/ou autorização são sentenciados à morte de imediato. Mas o que aparentemente causa maior número de homicídios no território é a dívida com o tráfico: se alguém fica devendo ou fez um ‘derrame’ (pegou para vender, mas não vendeu) paga com trabalho para o tráfico ou, em último caso, é executado. Uma vez dentro desse círculo do tráfico fica muito difícil de sair.

A polícia é presente no bairro, mas não é muito bem-vinda por parte de alguns moradores, como foi me informado pelos técnicos sociais do programa e alguns

<sup>10</sup> Fala de uma oficinaira, em conversa informal, quando falávamos dos jovens que participam das oficinas e consumiam drogas (fora do espaço das oficinas). Esta fala ilustra a existência de, mesmo que aparentemente branda, uma ‘lei do silêncio’. Alguns locais de venda foram apontados ao longo das minhas visitas, principalmente os que se encontram próximos aos locais de algumas oficinas.

<sup>11</sup> Willian Foote-Whyte, em Sociedade de Esquina, descreve processo parecido que ocorreu em Chicago, na década de 1940, relacionado à organização do tráfico de bebidas alcólicas durante a Lei Seca nos Estados Unidos. Em realidade, o paralelo que destacamos é em relação à organização e regulação da violência por parte tanto da polícia quanto dos criminosos, processo conjunto, que torna a (co)existência de ambas as práticas – policiamento e tráfico – sustentáveis e menos violentas.

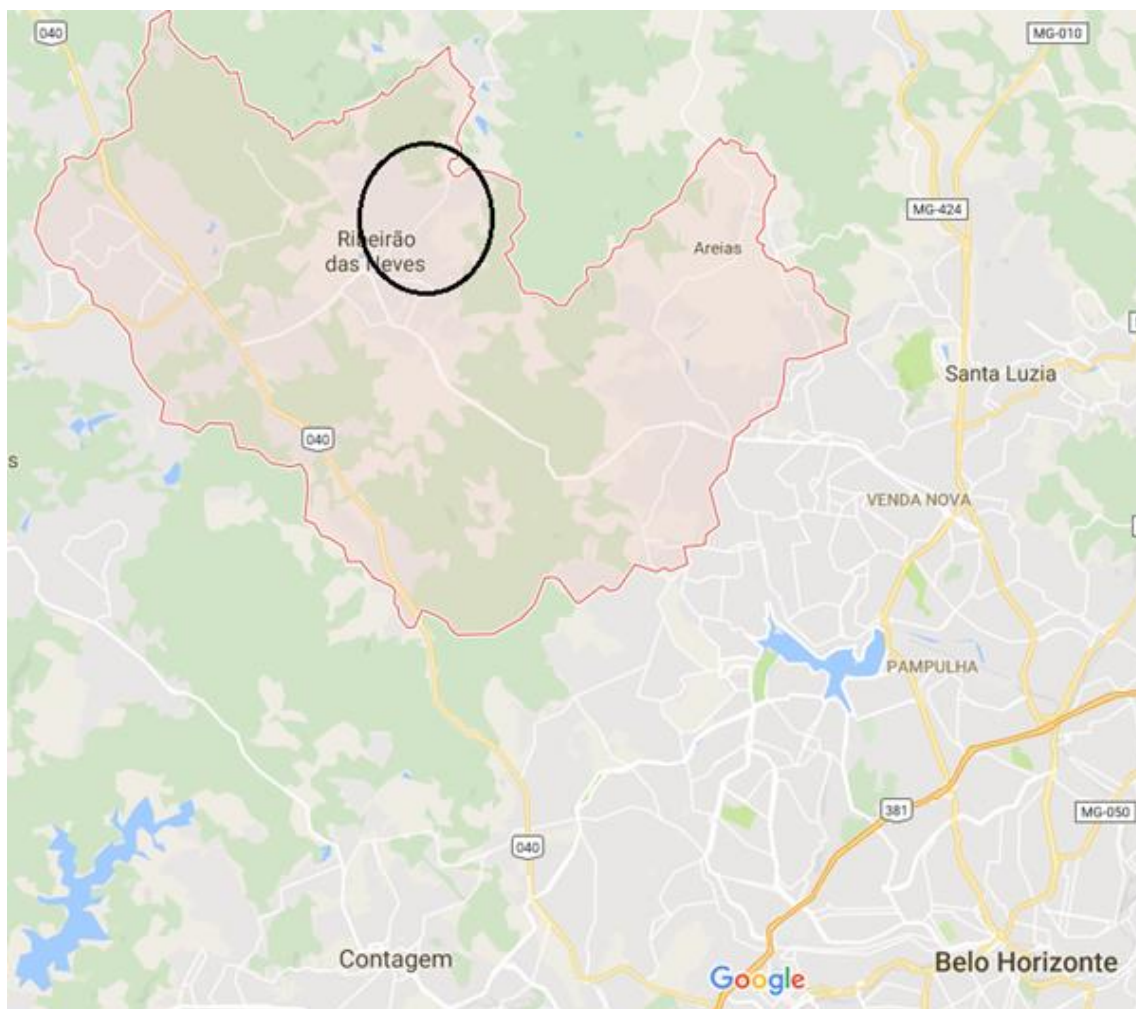
oficineiros, pois quando precisaram da polícia, antes do tráfico organizado se instalar e instituir suas leis, eles nada fizeram. Porém, o Programa Fica Vivo! tem relação institucional com os Grupos de Intervenções Estratégicas (GIE) constituídos pela Polícia Militar (Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR), Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário e Secretaria Municipal de Segurança Pública. Assim, se a polícia não é bem quista no território, de que forma o Fica Vivo! foi aceito?

Observando a dinâmica da UPC e das oficinas podemos perceber que existe um laborioso processo de confiabilidade e de identificação. Os jovens não têm a base local como um ponto de apoio específico, eles se identificam com as oficinas e com os oficinairos que são da região e de certa forma viveram, e vivem, a mesma realidade que eles. Para adquirir a confiança desses jovens os técnicos sociais ficam próximos, mostram que entendem suas realidades e que estão abertos para acolher solicitações e atender qualquer situação em que possam ajudar<sup>12</sup>.



Mapa da cidade de Belo Horizonte. Acima da imagem podemos observar, perifericamente, a cidade de Ribeirão das Neves. Imagem retirada do Google Maps, 2018.

<sup>12</sup> O programa conta com o ‘Atendimento Individual’, que não é um acompanhamento psicoterápico clássico, nem um estudo socioeconômico. Estes atendimentos, realizados pelos técnicos sociais do Programa Fica Vivo!, têm como principal objetivo levar os jovens a ponderar e a refletir sobre suas próprias histórias de vida, considerando as condutas de risco que podem levá-los à morte e/ou ao aprisionamento institucional. Muitas vezes, o atendimento individual configura-se, também, como um espaço para a elaboração de um Projeto de Vida. O tempo deste atendimento depende da necessidade do jovem. (Dados passados pelos técnicos sociais por e-mail).



Mapa da cidade de Ribeirão das Neves. Cidade localizada na região metropolitana (periferia) de Belo Horizonte. Imagem retirada do Google Maps, 2018. A parte assinalada representa a região onde estão localizados os bairros de abrangência do CPC Rosaneves.

### **Relação instituição-oficineiros-jovens**

Quando se pensa em oficina, imagina-se a aprendizagem de um ofício. Porém, as oficinas do Fica Vivo! não são, necessariamente, locais onde estes jovens irão aprender um ofício. Estas oficinas vão muito além de um simples ‘curso’ – os jovens de Rosaneves chamam as oficinas de ‘curso’, mesmo não tendo primordialmente esse caráter, e alguns oficinairos/as são chamados de ‘professor/a’. A partir do acompanhamento das oficinas, percebemos que estes são locais seguros de encontro, recreação e discussões, sobre acontecimentos da região ou da vida cotidiana destes jovens.

Ou seja, as oficinas se mostram como um local muito importante para estes jovens. É através delas que os jovens têm contato com certos ‘valores sociais’, ideias de trabalho em equipe, aprendem a ter uma convivência pacífica com o próximo, considerado que o

Fica Vivo! está situado em meio a um ambiente que se encontra entre a legalidade e a ilegalidade (TELLES, 2010). Assim, alguns conflitos que acontecem no território podem ser, e normalmente o são, visibilizados nas oficinas, como, por exemplo, os conflitos entre ‘gangues’ rivais. Nestes casos os oficinairos trabalham como mediadores, buscando controlar essas tensões, reportando casos mais graves à UPC, para ações interventivas mais efetivas.

Mas, acima de tudo, como foi possível observar pela fala de alguns jovens, as oficinas trabalham com o reforço da autoestima desses jovens, muitas vezes marginalizados e estigmatizados, que passam em alguns casos, devido aos estigmas que sofrem, por um processo de autorrejeição. Aparentemente, buscando minimizar essas autodepreciações, eles tentam se adaptar às categorias formalizadas pela sociedade, como nos mostra Goffman (1988) ao constatar que a sociedade transforma expectativas normativas em exigências, definindo como o sujeito que está à nossa frente deveria ser e se portar.

Ao visitar, participar e observar algumas oficinas ofertadas pela UPC Rosaneves, foi possível perceber a importância deste meio para a formulação e sustentação do programa Fica Vivo!. O ponto chave dessas oficinas é o oficinairo, que, sendo morador da região, estabelece uma relação próxima e de confiabilidades com os jovens participantes, além de estabelecer um contato institucional com a UPC. Assim, este profissional se encontra em uma posição liminar (TURNER, 1974; 2005) entre os usuários do programa e o Estado, caracterizado pela UPC e pela SUPEC. Esta liminaridade permite ao oficinairo uma posição de equivalência, entre os jovens e a UPC, possibilitando que esse possa subverter as estruturas sociais nas quais está inserido, adaptando-se às necessidades e convenções necessárias a cada instância; pois o ser liminar, não vive fora nem dentro de estrutura alguma, mas entre elas.

“Quem conhece os jovens realmente são os oficinairos!”, conforme confidenciou orgulhosamente um oficinairo. “Esse profissional, portanto, exerce um papel muito além do ofício ministrado e grande parte do sucesso de um programa de prevenção terciária baseado em oficinas recreativas dependerá da sua atuação.” (CUSTODIO, 2014, p. 86). Neste trecho, retirado da dissertação de mestrado de Luciana Ferreira Custódio (2014), observamos a importância dos oficinairos para o sucesso do Fica Vivo!. A autora realizou sua pesquisa na UPC Morro das Pedras em Belo Horizonte, e buscou demonstrar como

as oficinas (e o Programa Fica Vivo) exerciam/podiam exercer influência na trajetória de vida dos jovens participantes no que tange à prática criminosa.

É a partir desta relação de confiabilidade entre oficinairos e jovem que a UPC pode acessar/conhecer a realidade dos participantes do programa, tanto nas ruas quanto em casa, e conseqüentemente a realidade do território. Pois, as conversas e discussões presentes nas oficinas, sobre os acontecimentos cotidianos destes jovens e do território em que vivem, viram relatórios que são reportados à UPC de tempos em tempos e estes repassados para a SUPEC. Os jovens são esquadrinhados, viram fichas e registros para futuras intervenções. Este esquadrinhamento do território e dos corpos (in-disciplinados) destes jovens permite que o Programa Fica Vivo! observe sem ser visto. Esse olhar quase panóptico que parte da UPC e da SUPEC, busca antecipar os acontecimentos e controlar, disciplinar os corpos desses jovens (FOUCAULT, 1999). Pois o Fica Vivo “é um programa de prevenção e repressão também”, conforme afirmado por um oficinairo ao informar que o GEPAR tem livre acesso às oficinas do programa.<sup>13</sup> Em que pese a participação desses jovens nas oficinas ser feita de forma voluntária, há de se considerar que a ausência de espaços e lugares de socialização nos bairros tornam essas atividades como as únicas alternativas de lazer.

Desta forma, essa peculiar condição inter-estrutural do oficinairo, que se encontra em uma posição de liminaridade entre os jovens e a UPC, lhe possibilita estabelecer uma rede de relações no território, contribuindo, de certa forma, para o fortalecimento do programa junto aos moradores de Rosaneves e Sevilha B. Assim, o estado ambíguo e paradoxal dessa *persona liminar*, o oficinairo, apresentará processos e noções opostos na mesma representação, que caracterizam a unidade do liminar: “[...] o que não é nem isso, nem aquilo, e, no entanto, é ambos.” (TURNER, 2005, p. 144).

### **Mudanças de OSCIP: Territorialização e Estigmatização**

Durante o período de pesquisa, a OSCIP que geria o Programa Fica Vivo! era o Instituto Elo, que foi qualificado pelo Governo de Minas Gerais em 2005, e conduziu o programa até o início do ano de 2016. No ano de 2014, com a mudança de governo e,

<sup>13</sup> No tempo de realização da pesquisa não presenciamos equipes do GEPAR na região.

consequentemente, de partido, do PSDB para o PT, supervisores, gestores e técnicos do programa ficaram apreensivos com o possível fim do programa, que já atuava em várias favelas e áreas periféricas de Belo Horizonte, região metropolitana e em algumas cidades de Minas Gerais há mais de 10 anos. No entanto, o atual governo optou por dar continuidade ao projeto, cogitando a abertura de um processo de licitação para a escolha de uma nova OSCIP. Este processo teve início em agosto de 2015, e em março de 2016 o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI) foi aprovado. Não atendendo as demandas organizacionais do programa, esta OSCIP, no ano de 2017, é exonerada de suas funções, e outro processo de licitação se inicia, momento em que o Instituto Elo volta a gerir o programa.

Neste primeiro momento de troca de OSCIP (Instituto Elo para IJUCI), as atividades da UPC são encerradas cerca de 4 meses. Este longo período sem oficinas evidenciaram conflitos territoriais criados pela ausência do programa e pela escassez de espaços públicos na região. Como me relatou uma jovem participante da oficina de futsal feminino, quando perguntei das mudanças no bairro durante esse tempo sem oficinas, via WhatsApp: "Pelo menos na parte que eu moro não mudou em relação a homicídios não, mas violência [mudou] um pouco, pois muitos jovens [que participavam das oficinas] não têm o que fazer e acabam jogando em outros lugares [fora do espaço separado das oficinas] que pode ter brigas".

A partir deste acontecimento, podemos analisar o olhar do Programa sobre o bairro Rosaneves ao implementar suas propostas e metodologias, (re)organizando este espaço, transformando-o em seu território, para ser 'moldado' e 'manipulado' (FOUCAULT, 1999). Restringir o espaço de convivência dos participantes do programa – que por sua vez são restringidos aos jovens de 12 a 24 anos – às oficinas proporciona uma fragmentação do território, e consequentemente a segmentação do mesmo, fomentando, de certa forma, a estigmatização dos não participantes e as desigualdades sociais destes jovens para com a região em que vivem e em relação ao restante dos habitantes da região metropolitana a que pertencem, criando, desta forma, alguns conflitos territoriais específicos. Quando o Fica Vivo! fala em território devemos levar em conta a interpretação que o mesmo atribui à categoria. Este programa observa o território a partir das análises do geógrafo brasileiro Milton Santos (2000a; 2000b; 2010), para quem o território é algo que nos integra, que nos inclui, mas, é moldado por quem 'manda'. A formação desse 'território' seria externo ao próprio território, promovendo

um campo fecundo para a atuação e expressão de poderes público, privado, governamental ou não-governamental. Tendo em vista estes conceitos, reproduzidos pelo programa, é possível iniciar uma análise em relação ao olhar do Fica Vivo! nas áreas (territórios) de atuação, implementando suas propostas e metodologias, (re)organizando estes espaços, transformando-os em seu território de atuação.

Após a mudança de OSCIP, um oficinairo, que já estava no programa a 10 anos, sendo apontado pelos antigos técnicos sociais como um dos oficinairos mais atuantes em relação à proposta do programa, nos informou que além dos conflitos territoriais que surgiram no tempo em que o programa ficou inativo, a relação oficinairo/jovens também foi afetada. “Não são mais aqueles meninos que você controlava não, eles perderam o respeito com os oficinairos”, esta fala, de um oficinairo do programa, mostra que o desligamento das oficinas por um tempo longo tende a descredibilizar a atuação de alguns oficinairos que trabalhavam com jovens envolvidos com a criminalidade, o que é o foco do Programa. Assim, o grau de desenvolvimento desses jovens, como nos conta o oficinairo, ficou abalado, pois estes garotos envolvidos com o tráfico de drogas, mas que participavam das oficinas se perderam de vez para a criminalidade, o que o oficinairo chama de “jovens que não têm volta”.

### **Considerações Finais**

É importante enfatizar que as informações coletadas não permitem criar generalizações em relação às políticas públicas de prevenção à criminalidade existentes no Estado ou às UPCs do Programa Fica Vivo!, pois os dados estão relacionados especificamente à UPC Rosaneves que possui uma dinâmica das oficinas/oficineiros e territorial própria.

Ao longo deste artigo, esboçamos conceitos e ideias para demonstrar os impactos da implantação do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! no bairro Rosaneves, buscando problematizar questões relacionadas à estigmatização dos jovens e do território, bem como o papel dessa política pública diante da violência na região.

Primeiramente, devemos destacar o fato de o programa, que atua em áreas consideradas de vulnerabilidade criminal, ter como intenção a prevenção de homicídios e, para alcançar esse resultado, lançar mão de figuras próximas aos jovens participantes,

pois, os oficinairos, como moradores da região, compartilham dos mesmos estigmas que esses. Assim, “[...] há um conjunto de indivíduos dos quais o estigmatizado [os jovens] pode esperar algum apoio: aqueles que compartilham seu estigma [o oficinairo] e, em virtude disso, são definidos e se definem como seus iguais.” (GOFFMAN, 1988, p.37).

Os oficinairos ganham a confiança desses jovens, que estão/são ‘vulneráveis’, ficando próximo, ouvindo-os, dando conselhos quanto aos modos de se portar no “outro mundo”, mostrando o que seria o “mal” e o “bom” caminho a se seguir, e acima de tudo cuidando da autoestima deste grupo que fora do seu meio de convívio é tão discriminado. Assim, as políticas públicas, como o Fica Vivo!, proporcionaram esse encontro/união.

Outro ponto é perceber de que forma o Estado e o Município têm negligenciado essas regiões, suprimindo de seus moradores necessidades básicas como saúde, educação, lazer e um transporte público de qualidade e com preço acessível à população, o que ajuda a manter o cidadão marginalizado no espaço físico ao qual pertence, afastando-os do ‘asfalto’.

“No Brasil, a relação entre classes pobres e classes perigosas teve e tem ainda uma lugar importante no imaginário da sociedade, gerando processos de suspeição preconceituosa. Por isso, deve-se atentar para a não discriminação da população residente em territórios considerados “vulneráveis” ou “excluídos”. Eles são assim classificados pelas próprias políticas públicas locais e referendadas pela sociedade local (KOGA, D.; RAMOS, F., 2004, p.66).

Como colocado por Dirce Koga e Frederico Ramos (2004), relacionar a classe mais pobre a uma classe perigosa, um povo que reside na precariedade, se naturalizou em nossa sociedade, tal qual os preconceitos que partem da cidade formalizada direcionados às áreas periféricas/marginalizadas. Estes (pré)conceitos acabam por ser enfatizados pelas políticas públicas, como o Fica Vivo, que caracterizam seu público-alvo como cidadãos ‘vulneráveis’, marginalizados e/ou excluídos.

Assim, “[...] trata-se de perguntar até onde as estratégias utilizadas para o trabalho junto a esses territórios podem ou não contribuir para o fortalecimento desse processo de discriminação e estigmatização.” (Idem). Além de pensar até que ponto esses programas buscam incluir esses jovens ‘excluídos’ socialmente.

Martins (2003) mostra que o emprego da concepção de exclusão se generalizou de tal forma que acaba sendo aplicada a todo e qualquer âmbito da vida e a todo e qualquer



tipo de problema social; perdendo de vista, desta forma, a especificidade de cada problema e o modo de enfrentá-lo e resolvê-lo. Desta forma, enquanto essas políticas buscam assistir os pobres, os marginalizados, os excluídos, os que estão procurando identidades e um lugar aceitável na sociedade, o fazem através de regras e lógicas pré-definidas que em muitos casos moldam as identidades dos assistidos, reificando a marginalização e estigmatização destes grupos com os quais se trabalham, mantendo-os restritos ao território e aos meios que oferecem, como as oficinas ofertadas pelo Programa Fica Vivo!.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BECKER, Howard Saul (1997). **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Hucitec. São Paulo.

BOURDIEU, Pierre (1998). “Efeitos de lugar”. In: \_\_\_\_ (Coord). **A miséria do mundo**. Vozes. Petrópolis.

Câmara Municipal de Ribeirão das Neves. **“Aspectos Históricos”**. Disponibilizado em: <<http://migre.me/uBjON>>. Visualizado em: 9 de agosto de 2018.

CHAMPAGNE, Patrick (1998a). “A Visão do Estado”. In: BOURDIEU, Pierre (Coord). **A miséria do mundo**. Vozes. Petrópolis.

CHAMPAGNE, Patrick (1998b). “A Visão mediática”. In: BOURDIEU, Pierre (Coord). **A miséria do mundo**. Vozes. Petrópolis.

CUSTODIO, Luciana Ferreira (2014). **Entre o Crime e a Legalidade: arte e recreação na prevenção da criminalidade juvenil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

DIAGNÓSTICO – RIBEIRÃO DAS NEVES. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG. Maio de 2005 (Mimeo).

FOUCAULT, Michel (1999). “Os Corpos Dóceis” & “O Panoptismo”. In: **Vigiar e Punir**. Vozes. Petrópolis.

GOFFMAN, Erving (1988). “Estigma e Identidade Social”. In: **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. ZAHAR. Rio de Janeiro.

KOGA, D.; RAMOS, F. (2004). “Território e políticas públicas”. In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**, v.2, IEEPUC-SP. São Paulo.

MARTINS, José de Souza (2003). “O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal”. In: **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. Paulus. São Paulo.

PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS – FICA VIVO!. Documento produzido pelo GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL/SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE. Junho de 2009 (Mimeo).

SALES, Mara Marçal (2003). **A favela é um negócio a fervilhar: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes**. Dissertação (Mestrado em psicologia social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte.

SANTOS, M. et al. (2000a). **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo.

SANTOS, M. (2000b). **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Record. Rio de Janeiro.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. (2010) **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Record. Rio de Janeiro.

TELLES, Vera da Silva (2010). **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** ARGUMENTVM. Belo Horizonte.

TURNER, Victor (2005). “Betwixt and Between: o Período Liminar nos ‘Ritos de Passagem’”. In: **Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu.** Editora da Universidade Federal Fluminense - EdUFF. Niterói, RJ.

TURNER, Victor (1974). “Liminaridade e *Communitas*”. In: **O processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura.** Editora Vozes. Petrópolis.

WHYTE, William Foote (2005). **Sociedade de esquina.** Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.